



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 027/ 2011

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e nº 02 (PROPOSTA DE PREÇO) **até às 13:30 hs do dia 30/06/2011** na Central de Compras, situada à rua Marechal Floriano nº 458, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de expediente para atender as Secretarias conforme modelo de proposta em anexo.

1.1.1. Todas as despesas decorrentes de fretes, impostos e taxas, correrão por conta da licitante vencedora.

1.2 Será solicitado **amostras** dos referidos itens do fornecedor vencedor, dentro de 3 (três) dias úteis, após a solicitação do Gabinete de Compras e Licitações Públicas, para análise e parecer da comissão. A empresa será desclassificada pela não entrega da amostra dentro do prazo estipulado. O local de entrega das amostras deverá ser na rua Marechal Floriano Peixoto 458 – centro - CEP 96200-380.

1.2.1 O material solicitado, será analisado a qualidade e marca, podendo não ser aceito pela comissão, caso não esteja de acordo com a parte técnica solicitado na proposta, ou não tenha uma boa qualidade.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Tomada de preço, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro, com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: TOMADA DE PREÇO Nº 027/2011
PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: TOMADA DE PREÇO Nº 027 / 2011
PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.
PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE:**

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Certificado de Registro Cadastral emitido por esta Prefeitura, desde que atenda às exigências da Lei Federal Nº 8.666/93.

4.2. O Certificado de Registro Cadastral, deverá estar com toda a documentação em dia, não se permitindo apresentação dos mesmos na data e hora marcados para abertura da Documentação de Habilitação.

4.3. Declaração de superveniência de fato impeditivo da data da emissão do Certificado de Registro Cadastral;



4.4. Os documentos que estiverem vencidos deverão ser atualizados antecipadamente junto ao setor de Cadastro da Central de Compras desta Prefeitura.

4.5. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.6. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.7. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

4.7.1. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.7.2. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme item 4.7.1. , terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.7.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.7.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação

5. DA PROPOSTA

As propostas deverão ser apresentadas da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor unitário e total, por item, em algarismos, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, sem emendas e rasuras, devendo obrigatoriamente conter o que segue:



5.1.1. Deverá constar na proposta apresentada, a marca dos produtos licitados.

5.1.2. Declaração de que as entregas dos materiais não sofrerão despesas adicionais com frete ou de qualquer outra natureza, em relação ao preço da proposta apresentado no item 5.1.pela licitante, ou seja não incorrendo nenhum ônus para o Município.

5.2. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.3. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às **13:30h** do dia **30 de junho de 2011**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458– Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será realizada às **14:00 hs** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.4. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.



6.2.5. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

O Tomada de Preço será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 – PROPOSTA DE PREÇOS.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o menor preço, na forma do sub item 5.1.

6.3.5. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

6.3.6. Todo o produto que chegar nas secretarias em más condições, será devolvido e a empresa será obrigada a repor a mercadoria por outra de boa qualidade.

6.4. DO DESEMPATE

6.4.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que a melhor preço não seja de uma ME ou EPP..

6.4.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei



Complementar 123/2006, descrito na alínea a), terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento deste Item pode acarretar a desclassificação.

6.4.3. No caso de empate real dos valores apresentados pelas MES e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 6.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.4.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

6.4.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 6.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

6.4.6. A ME ou EPP só poderá fazer uso do regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/06 se previamente habilitada como tal na fase de HABILITAÇÃO.

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço por item**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub item 5.2, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultado a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DA ENTREGA

7.1. As entregas deverão ser efetuadas em parcela única nos endereços relacionadas no anexo 3 de acordo com o descritivo quantitativo, sem ônus para este Município, até 10(dez) dias após a emissão da Nota de Empenho.

8. DO PAGAMENTO



8.1. O pagamento será efetuado **após entrega**, mediante Nota Fiscal, das quantidades entregues.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato ,e;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

11. DA RESCISÃO

11.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

11.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do contrato.

11.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contrato:

11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente edital deverá ser retirado no site www.riogrande.rs.gov.br, ou no Gabinete de Compras e Licitações Públicas , situado na Rua Marechal Floriano Peixoto 458 – Centro.

12.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no Gabinete de Compras e Licitações Públicas (fone 3233.84.17 ou 3233.60.56), até o terceiro dia útil anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

12. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes elementos:

- **Anexo 1 - Modelo de Proposta**
- **Anexo 2 - Mapa quantitativo por secretária**
- **Anexo 3 - Relação de entregas**



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



12.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

12.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

12.5. Onde este Edital for omissa prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 06 de junho de 2011.

Regimar Hernandez da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas

: